

Formação de professores em tempos de pandemia.

James Pinheiro dos Santos^{1*}

Roberta Valéria Guedes de Lima²

RESUMO: O presente texto trata sobre a formação de professores em tempo de pandemia. Apresenta um breve contexto da educação no Brasil a partir da pandemia do COVID -19, traz reflexões sobre a importância de se trabalhar as aprendizagens significativas necessárias, em todo processo de ensino, a partir de fundamentações teóricas; explica as legislações que regulamentam as aulas remotas no momento de pandemia de COVID-19, partilha as experiências de professores da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil sobre como tem sido as atividades remotas e propõe uma trilha de formação continuada de professores na ótica da aprendizagem significativa e com a perspectiva de instrumentalizar esses profissionais. Mesmo sendo um estudo inicial, quer ser um instrumento de reflexão e aprofundamento para os desafios que o momento da pandemia requer da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem Essencial; Pandemia; Aulas Remotas; Formação de Professores.

ABSTRACT: This text deals with the formation of teachers in a time of pandemic. It presents a brief context of education in Brazil from the pandemic of COVID -19, brings reflections on the importance of working with the necessary significant learning, in the whole teaching process, based on theoretical foundations; explains the laws that regulate remote classes at the time of the COVID-19 pandemic, shares the experiences of teachers from the Catholic Education Network on how remote activities have been, and proposes a continuous teacher training path from the perspective of meaningful learning and with the perspective of equipping these professionals. Even though it is an initial study, it wants to be an instrument of reflection and deepening to the challenges that the moment of the pandemic requires of education.

KEYWORDS: Essential Learning; Pandemic; Remote classes; Teacher training.

¹ Mestrando em Educação na Universidade Católica de Brasília - UCB. Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Potiguar - UnP (2010). Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Mauá/DF (2017). Especialização em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília - UCB (2015), Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior pela Faculdades Integradas de Várzea Grande/FIAVEC (2016). Atualmente é Secretário Executivo na Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC.

² Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Gestão de Instituições de Ensino pela PUC PR. Especialista em Tecnologias Educacionais pela PUC RS. MBA em Gestão Corporativa pela Universidade Católica de Brasília e Especialista em Formação de Grupos Colaborativos pela Universidade Católica de Brasília. Atua na Educação Básica há 24 anos exercendo cargos de docência e gestão. Atua no Ensino Superior há 10 anos em cargos de docência e gestão. Atualmente é Gerente da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica - ANEC assessorando 1100 escolas católicas do Brasil; coordena o curso de Pedagogia e Letras do UniProjeção e realiza programas de formação continuada como assessora de instituições de ensino no Brasil

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho apresenta, ainda que de forma preliminar, a importância e o sentido da formação inicial e continuada dos professores da educação básica, diante do momento em que as instituições educacionais tiveram que interromper suas atividades presenciais por causa da pandemia do coronavírus, a partir de uma pesquisa realizada com escolas privadas associadas da Associação Nacional de Educação Católica – ANEC, que representa as católicas do Brasil.

Este novo espaço-tempo escolar exigiu dos educadores preparação e conhecimento tecnológico, didático e socioemocional para implantar o regime não presencial contingenciado e reinventar a forma de ensinar. É possível afirmar que vivemos uma revolução educacional mundial que trouxe marcas indeléveis para a formação docente.

Neste sentido, cabe apresentar uma breve contextualização de quando esta quebra de paradigma, que afetou a educação brasileira, teve início. Em novembro de 2019 surgiu na China um novo coronavírus que foi nomeado como COVID-19 e de forma potencial devastou o mundo. Com o primeiro caso notificado no Brasil, final de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), determinou várias restrições para evitar aglomerações e entre elas, o fechamento das instituições de ensino de forma intempestiva.

Essa orientação federal reverberou em ações, a partir do dia 17 de março de 2020, afetando todos os níveis e modalidades, estados, municípios e federação, redes públicas e as instituições particulares, gerando uma mudança emergencial e significativa no processo de ensino e aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens, levando assim, a flexibilização em torno da adoção da oferta educacional não presencial, mesmo não havendo balizadores legais que sustentassem a longevidade de tais medidas.

Nas primeiras semanas de março, após o aviso do isolamento social e fechamento das escolas, das redes públicas e privadas, a saída para elas foi anunciar recessos, férias ou apenas fecharem seus ambientes físicos aguardando maiores orientações dos órgãos competentes, variando a tomada de decisão de acordo com os regramentos locais.

Instituições educacionais privadas agiram com extrema velocidade, fato que não aconteceu no mesmo tempo com a rede pública de ensino, e começaram a

oferecer formação para seus educadores sobre a didática e os recursos tecnológicos essenciais para a realização de atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, enquanto não fosse possível a presença física dos estudantes no ambiente escolar. Assim, as instituições educacionais tiveram que realizar alto investimento financeiro em: formação continuada e em serviço para professores e colaboradores, infraestrutura tecnológica, estratégias de comunicação, implantação de protocolos de retorno para atividades presenciais para adequar as escolas a esta nova realidade

A modalidade de ensino não presencial se mostrou, num primeiro momento, um desafio para vários professores brasileiros que não dominavam as tecnologias educacionais necessárias para desenvolver as atividades remotas. Eles se superaram de forma inacreditável; em poucas semanas, adaptaram-se a aulas online, às *lives* e a outros recursos tecnológicos, atribuindo um novo significado para o processo de ensino e aprendizagem, marcado pela complexidade e pelo ensino híbrido, este entendido como a modalidade que combina o aprendizado online e offline.

Portanto, os professores tiveram que se tornar do “dia para noite” *youtubers*, especialistas em metodologias ativas e conhecedores de tecnologia educacional tendo suas imagens, erros e acertos, e os estudantes também, expostas nas redes sociais.

Os gestores também tiveram que se reinventar pensando em novas formas de oferecimento dos serviços educacionais, na negociação financeira com fornecedores e famílias buscando novos acordos e estratégias de fidelização mais audaciosas para resistirem a mais de 4 meses com as escolas fechadas para atividades presenciais e a recessão econômica.

O segmento mais afetado neste contexto foi a educação infantil e o ensino fundamental anos iniciais, com maior destaque para as escolas privadas de pequeno e médio porte. As famílias se viram tendo que acompanhar os filhos no ensino não presencial de forma intensa e participativa. A escola estava agora “dentro das casas dos estudantes”.

No meio de toda essa situação inusitada, surgiram manifestações contrárias e favoráveis dos sindicatos patronais, dos sindicatos dos professores, do Ministério Público do Trabalho, das famílias dos estudantes, questionando reposições escolares, calendários escolares, obrigatoriedade de cumprimento de dias letivos,

saúde emocional dos professores, estudantes e famílias, questões trabalhistas, entre outros. A pressão econômica, social e política aconteceu por parte de toda sociedade civil e organismos das diversas instâncias.

Tentando trazer norte para este momento da educacional aplacado pelo “novo normal”, o Conselho Nacional de Educação, ao longo dos meses de abril e julho, aprovou os Pareces 5/20 que trata sobre Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19 e o Parecer 11/20 Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

Os desafios permaneceram algozes para a educação brasileira porque, ao longo deste contexto descrito, o país foi assolado por mais de 100 mil pessoas que não resistiram ao vírus, aproximadamente mais de 2 milhões de pessoas contagiadas, um enorme abismo educacional ao compararmos as ações da rede pública em relação a rede privada de ensino, o aumento exacerbado de retirada de crianças, principalmente das creches educação infantil privadas, o descompasso de medidas e discursos de prevenção e controle por parte dos representantes políticos das diversas esferas governamentais, um colapso na economia com aumento do desemprego e o adoecimento socioemocional de gestores, educadores, estudantes e famílias que se encontram no meio deste “tsunami social”.

. Esse estudo está organizado a partir da apresentação do conceito de aprendizagem significativa; em seguida são revisadas algumas legislações que fundamentam a educação remota; logo após o artigo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada com professores da Educação Básica e Ensino Fundamental I e II de escolas católicas e a partilha de suas experiências de professores e, por fim, propõe-se um processo de formação chamada Trilha de Formação Continuada para, tendo por base a aprendizagem significativa.

1. APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Partindo da ideia de que todos e todas são capazes de aprender (FREIRE, 1997) e, mais que isso, estão aprendendo o tempo todo na relação com alguém, na interação com um grupo, com as experiências da vida, entre outros, desde que assim o desejem, refletir sobre aprendizagem significativa na complexidade requer um

aprofundamento em alguns autores como Rogers (APUD GOULART, 2000), Maturana (2000), Ausubel (apud MOREIRA; MASINI, 1982 e apud PELIZZARI, 2002) e Síveres (2015) que abordam essa temática tendo como foco a compreensão de que a educação promove mudanças pessoais e sociais.

Sobre a aprendizagem significativa, Carls Rogers (apud Goulart, 2000) afirma que a mesma não tem a ver com metodologias, mas sim com atitudes do professor que deixa de ser um mero emissor de informações e passa a transmitir o conhecimento de tal forma que este se torne pleno de significados para o aluno, isto é, enfocando a presença daquele conteúdo que está sendo trabalhado nas situações da vida prática do aluno ou de algo que lhe cause um conjunto de sensações e/ou percepções, para ele só pessoas pode desenvolver pessoas. O próprio Carls Rogers entende que:

(...) uma aprendizagem deve ser significativa, isto é, deve ser algo significante, pleno de sentido, experiencial, para a pessoa que aprende. [...] Rogers caracterizou a aprendizagem significativa como auto iniciada, penetrante, avaliada pelo educando e marcada pelo desenvolvimento pessoal (ROGERS apud GOULART, 2000, p.94).

Os professores precisam estar atentos à aprendizagem dos alunos, ao seu desenvolvimento pessoal e aos modelos e atitudes que podem ajudar mais nesse processo em tempos de pandemia. Não se pode conceber a educação hoje como mera transmissão de informações, mas sim como um espaço de aprendizagem mútua dos professores e alunos. Neste sentido, o desafio do ensino remoto é ter professores que consigam garantir aprendizagens essenciais, que favoreçam o diálogo entre os diversos saberes e nos quais o aluno se torne protagonista da sua aprendizagem para aprender mais e melhor.

Para Maturana (2000), o processo educativo é revestido de curiosidade, apreciação e por um sentimento de investigação ou de aventura. As pessoas se sentem poderosas porque estão se aventurando na excitante missão de descobrir-criar suas obras-primas. Assim, para o autor

(...) a tarefa da educação escolar é permitir e facilitar o crescimento das crianças como seres humanos que respeitam a si próprios e os outros com consciência social e ecológica, de modo que possam atuar com responsabilidade e liberdade na comunidade a que pertencem (MATURANA, 2000, p. 13).

Para Ausubel (apud MOREIRA; MARSINI, 1982) a aprendizagem significativa é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto

especificamente relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, este processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica. O contrário da aprendizagem significativa é a aprendizagem mecânica ou automática em que ocorre pouca ou nenhuma interação com os conceitos relevantes.

(...) para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições. Em primeiro lugar, o aluno precisa ter uma disposição para aprender: se o indivíduo quiser memorizar o conteúdo arbitrariamente e literalmente, então a aprendizagem será mecânica. Em segundo, o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, ou seja, ele tem que ser lógico e psicologicamente significativo: o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio (PELIZZARI et al, 2002, p. 38).

A aprendizagem significativa pode ser entendida também no contexto da prática dialógica no processo educativo, apresentada por Síveres (2015). Essa proposta educativa desenvolveu-se a partir da própria experiência do autor como docente e pesquisador em projetos de formação de professores, baseando-se numa linha orientadora dialógica que é a base no contexto de um processo educativo. A presença como gratuidade e pertencimento. A proximidade em uns dos seus aspectos como a alteridade, a sensibilidade e o cuidado. A partida como sentido, transcendência e utopia. Para o autor,

essas dimensões, compreendidas dentro de uma articulação tridimensional, vão se constituir o suporte da reflexão sobre a dinâmica específica da presença, da proximidade e da partida, mas vão se caracterizar, também, como um movimento transversal, para expressar a importância de o processo educativo contribuir com a formação humana (ser), com a construção do conhecimento (saber) e com uma proposição pedagógica (agir) (SÍVERES, 2015, p. 79).

Assim, é primordial que a significatividade na aprendizagem seja percebida e vivenciada na educação por professores e alunos, de maneira especial agora em que o ensino não presencial requer desses atores um processo de ensino-aprendizagem cada vez mais sólido, envolvente e dialógico.

2. Educação Remota: legislações

Presente no Ensino Superior brasileiro, a modalidade da Educação a Distância (EaD), que é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, estava sendo inserida na Educação Básica em uma escala mais lenta e difusa, ao longo dos últimos anos, por meio de reflexões e algumas práticas. Mesmo com o crescimento da modalidade, quando da Portaria Normativa nº. 11, de 20 de junho de 2017, que deu abrangência e tornou possível a criação de instituições que oferecessem EaD sem a contrapartida presencial, para o Ensino Superior, ainda era uma discussão que demandava um tempo maior para a sua implantação na Educação Básica. Segundo a Associação Nacional das Escolas Católicas (ANEC) a EaD:

(...) no Brasil foi oficializada pelo Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005; embora seu histórico remonte ao ano de 1904, quando pela primeira vez foi publicado um anúncio de curso de datilografia por correspondência, no Jornal do Brasil. Desde então, proliferaram-se ofertas e oportunidades de aprendizagem remota, embora a regulamentação da modalidade tenha sido assinada somente em 2005, 9 anos após a respectiva aprovação, em 1996, pelo Ministério da Educação (MEC) (ANEC, 2019, p. 12).

Nessa perspectiva, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 2017), no seu artigo 36, já mencionava essa possibilidade ao afirmar que "os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de Educação a Distância com notório reconhecimento". Além da reorganização da carga horária entre formação geral básica e os itinerários formativos, a Resolução CNE/CEB nº. 3, de 21 de novembro de 2018 (BRASIL, 2018), também já normatizava que parte da carga horária de estudo poderia ser realizada a distância, desde que a carga horária não ultrapasse 20% da carga horária total.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao apresentar as várias competências e habilidades a serem desenvolvidas com os conteúdos curriculares, destaca a competência da Cultura Digital que tem como objetivo:

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2020, p. 7).

Por meio da orientação por competências o aluno é convidado a deixar a sua posição inerte na rotina da sala de aula para propor e testar soluções em situações

verdadeiras, conectadas à sua realidade local. Ele também é motivado a interagir, assumindo um papel mais participativo na sociedade, de forma que seja capaz de construir e expor argumentos, expressando seus princípios e valores. Mas esse caminho era pensado gradativamente e respeitando o tempo e as exigências dessa nova modalidade, como nos indica a Nota Técnica 002/2019 da ANEC, que fala sobre a adoção da EaD na Educação Básica:

(...) também pode permitir uma adaptação gradativa dos estudantes às exigências desta modalidade, ajudando-os a desenvolver competências básicas essenciais para aprender a aprender, como: a organização para os estudos, a autonomia, a autoria e a disciplina. É preciso atenção, entretanto, na forma de sua adoção, a fim de que não se assuma uma percepção distorcida na escolha da área de conhecimento, disciplinas/módulos em que a EaD será recepcionada (ANEC, 2019, p. 10).

Mesmo com a Portaria 343 do Ministério da Educação de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020a) que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19 e trata como aulas remotas, aulas online ou mais especificamente como aulas em meios digitais, o que se vivencia no momento atual é um cenário bem diferente já que as escolas e professores tiveram de se adaptar à nova modalidade de forma rápida e sem formação e não da maneira gradativa como se pensava para a Educação Básica. Certamente o que vivemos hoje não voltará ao que era antes e marcará profundamente a educação brasileira e a formação dos professores.

Vale destacar que o que foi promulgado pelo Ministério da Educação por meio da citada Portaria para a Educação Básica acima citada (BRASIL, 2020a) foi o ensino remoto neste tempo de pandemia, que se assemelha a EaD apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia. EaD, pressupõe o apoio de tutores de forma atemporal, carga horária diluída em diferentes recursos midiáticos e atividades síncronas e assíncronas e isso não é o que está sendo feito durante a quarentena na Educação Básica.

A mesma Portaria do Ministério da Educação previa que a autorização para a nova modalidade de ensino era de trinta dias prorrogáveis de acordo com as orientações da OMS e do Ministério da Educação, de forma excepcional, conforme descrito no seu Artigo 1º:

Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020a, p. 1).

Com o cenário da pandemia no Brasil se mostrando cada vez mais preocupante e a necessidade de manutenção ou até enrijecimento do isolamento social, inclusive com as escolas sendo espaços de grandes aglomerações e mantendo-se a necessidade de continuar o ensino a distância, foi publicada em 15 de abril de 2020 a Portaria 395, prorrogando por mais dois meses as atividades remotas e posteriormente a Portaria 544, de 16 de junho de 2020, que prorroga a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia de COVID-19 e revoga as portaria 343 e 473.

Tendo a manutenção do ensino remoto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) preparou o Parecer CNE/CP nº 5 (BRASIL, 2020c), que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia de COVID-19. A homologação parcial se deu somente no dia do dia 29 de maio de 2020, por meio de Despacho do Ministério da Educação.

Na Educação Infantil o Parecer CNE/CP nº 5 (BRASIL, 2020c) orienta que as escolas desenvolvam materiais de orientações direcionados aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter lúdico, recreativo, criativo e interativo a serem realizadas com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais. O Parecer ainda orienta que:

nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, é muito difícil quantificarem horas as experiências que as crianças pequenas terão nas suas casas. Não existe uma métrica razoável capaz de mensurar estas atividades desenvolvidas pela família em termos de equivalência com horas letivas. E, dadas as particularidades socioeconômicas da maioria das famílias, deve-se cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas. Neste sentido, quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças. (BRASIL, 2020c, p. 9).

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental o Parecer sugere que a orientação aos pais seja oferecida pelas redes de ensino e escolas, por meio de roteiros práticos e estruturados que ajudem os adultos a orientar e organizar uma rotina diária de estudos, contribuindo para que os responsáveis acompanhem as atividades das crianças, tendo presente que os mediadores familiares não substituem os professores. Como estratégias para que as atividades sejam realizadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental o parecer do CNE sugere:

- aulas gravadas para televisão organizadas pela escola ou rede de ensino de acordo com o planejamento de aulas e conteúdo ou via plataformas digitais de organização de conteúdo;
- sistema de avaliação realizado a distância sob a orientação das redes, escolas e dos professores e, quando possível, com a supervisão dos pais acerca do aprendizado dos seus filhos;
- lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem por fluxo de complexidade relacionadas às habilidades e aos objetos de aprendizagem;
- orientações aos pais para realização de atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem e habilidades da proposta curricular;
- guias de orientação aos pais e estudantes sobre a organização das rotinas diárias;
- sugestões para que os pais realizem leituras para seus filhos;
- utilização de horários de TV aberta com programas educativos compatíveis com as crianças desta idade e orientar os pais para o que elas possam assistir;
- elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros);
- distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas *on-line*, mas sem a necessidade de conexão simultânea seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais;
- realização de atividades *on-line* síncronas, regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- oferta de atividades *on-line* assíncronas regulares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário;
- estudos dirigidos com supervisão dos pais;
- exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola;
- organização de grupos de pais, por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros, conectando professores e as famílias;
- e guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes. (BRASIL, 2020c, p. 11-12).

Como nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio as dificuldades cognitivas para as atividades remotas diminuem com a autonomia dos estudantes e a facilidade na utilização dos meios tecnológicos, as possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais ganham maior espaço e, por isso, o Parecer, sugere:

- elaboração de sequências didáticas construídas em consonância com as habilidades e competências preconizadas por cada área de conhecimento na BNCC;
- utilização, quando possível, de horários de TV aberta com programas educativos para adolescentes e jovens;
- distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais, mas sem a necessidade de conexão simultânea, seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais;
- realização de atividades on-line síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- oferta de atividades on-line assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;
- realização de testes on-line ou por meio de material impresso, entregues ao final do período de suspensão das aulas; e utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais. (BRASIL, 2020c, p. 12).

O Parecer indica que as atividades pedagógicas não presenciais podem se aplicar a todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, incluindo a Educação Especial. Com relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA) as medidas recomendadas devem considerar as suas singularidades na elaboração de metodologias e práticas pedagógicas.

Além disso, o Parecer CNE/CP nº 5 (BRASIL, 2020c) trata sobre os cursos técnicos ofertados na modalidade a distância, que devem resguardar momentos presenciais referenciados em atividades obrigatórias em polos que envolvem avaliação do desempenho do aprendiz, atividades laboratoriais e, em alguns casos, atividades de aprendizado em função do projeto pedagógico do curso. O Parecer indica ainda que

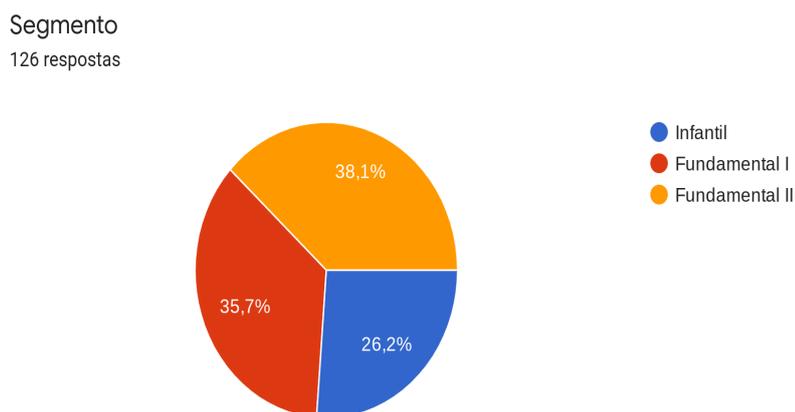
(...) se o conjunto do aprendizado do curso não permite, neste período excepcional de pandemia, aulas ou atividades presenciais, é de se esperar que as atividades de estágio, práticas laboratoriais e avaliações de desempenho de aprendizado possam ser cumpridas também de forma não presencial, desde que devidamente regulamentado pelo respectivo sistema de ensino, a fim de possibilitar a terminalidade do curso técnico, uma vez cumprida a carga horária prevista (...). (BRASIL, 2020c, p. 13).

Pontua-se, assim, que essa é a legislação mais atual e completa para este tempo de pandemia. O Parecer CNE/CP nº 5 afirma que deve ser assegurado que a reposição de aulas e a realização de atividades escolares remotas possam ser

efetivadas de forma que se preserve o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da LDB e no inciso VII do artigo 206 da Constituição Federal.

3. Experiências Vividas, Aprendizagens Adquiridas

Para colher as experiências de professores durante esse período de pandemia e de atividades remotas, elaborou-se uma pesquisa por meio de um formulário do Google com professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II que atuam em escolas da rede católica de ensino, que são escolas filantrópicas, mas com uma estrutura mínima capaz de oferecer a educação remota. Responderam à pesquisa 126 professores que se dividem, de acordo com o gráfico abaixo, em 26,2% da Educação Infantil, 35,7% do Ensino Fundamental I e 38,1% do Ensino Fundamental II.



Fonte: Santos (2020)

Destaca-se que, mesmo com todas as dificuldades de adaptação às atividades remotas, os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II estão se reinventando em novas metodologias e, principalmente, na interação com os pais, com o objetivo de diminuir o desconforto da suspensão de aulas presenciais e causar o menor impacto negativo no processo de aprendizado dos estudantes. Para Costa (2020) não existia um plano de contingência educacional ou administrativo para casos como esse e muitas entidades educacionais brasileiras não estavam preparadas tecnologicamente e nem mesmo teoricamente para as práticas exigidas atualmente.

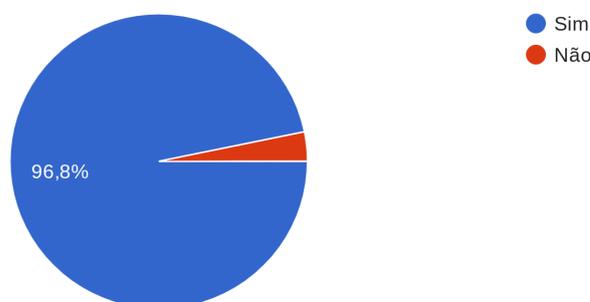
Ainda assim, mesmo com as dificuldades, as escolas e professores estão se desdobrando como relata uma coordenadora:

(...) as crianças e famílias, entenderam a proposta e participaram ativamente. Todo o processo foi acompanhado, remotamente pelos professores, coordenação e direção via aplicativo. E a grande verdade é que a tarefa foi para todos nessa semana de adaptação: as famílias tiveram muito trabalho em casa e nossa equipe também, que além do acompanhamento as atividades, planejou, participou de vídeos conferências e treinamentos online. Estamos com saudades de nossa rotina, dos pequenos, mas trabalhando com muito carinho para que os dias sejam mais leves. (Coordenadora de uma escola).

A segunda questão da pesquisa perguntava se eles têm conseguido realizar as aulas remotamente e as respostas mostram que 96,8% dos professores conseguem, mesmo com todas as dificuldades que encontram. Aqueles que não conseguem, vale destacar pelos relatos obtidos, afirmam que as causas são a falta de estrutura financeira da escola e das famílias que não possuem computador e/ou internet em suas casas.

Tem conseguido realizar suas aulas de forma remota?

124 respostas



Fonte: Santos (2020)

Segundo a Nota Técnica Ensino a Distância na Educação Básica frente à pandemia de Covid-19 da organização não governamental “Todos pela Educação” (2020), as estratégias de ensino a distância são importantes para a redução dos efeitos negativos do distanciamento temporário, mas as evidências indicam que lacunas de diversas naturezas serão criadas sem a interação presencial. Assim:

(...) diante disso, as especificações sobre a equivalência das horas aplicadas nessa modalidade de ensino como cumprimento do ano letivo exigem atenção dos órgãos reguladores. Além disso, é fundamental que, desde já,

as redes de ensino comecem a planejar um conjunto robusto de ações para o período de volta às aulas. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 5).

A terceira pergunta respondida na pesquisa foi sobre a metodologia que está sendo utilizada nas aulas remotas e as respostas foram muito diversas, mas destacam-se algumas mais evidenciadas, sendo vídeos gravados, ferramentas do Google (Drive, formulários, docs, apresentações, desenhos), aula expositiva, contação de histórias, músicas e experiências concretas com os alunos. Claro que se evidencia nas respostas professores e estudantes que têm acesso às tecnologias, embora essa não seja a realidade da grande maioria das famílias brasileiras, como nos aponta a Nota citada acima:

(...) uma estratégia consistente para o ensino remoto é aquela que busca mitigar as condições heterogêneas de acesso e os diferentes efeitos de soluções a distância em função do desempenho prévio dos estudantes. Para enfrentar o risco da ampliação de desigualdades, ao lançar mão de estratégias de ensino a distância, é preciso entender que a disposição de recursos tecnológicos é heterogênea entre os alunos e que aqueles que já têm desempenho acadêmico melhor tendem a se beneficiar mais das soluções tecnológicas. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 5).

Com um campo livre para contribuições dos professores o quarto ponto da pesquisa solicitou a eles que expressassem como tem sido a experiência da educação remota. As respostas são diversas, mas tentar-se-á transcrever algumas delas que nos pareceram mais significativas.

Evidencia-se com algumas respostas que a aprendizagem tem sido significativa e surpreendente, com destaques para os alunos e a participação dos pais: “após o período de adaptação posso afirmar que felizmente tenho aspectos positivos a relatar, pois os alunos demonstram envolvimento constante, noto aquisição dos conteúdos trabalhados e as devolutivas são de objetivos alcançados”. Outro professor relata que é “... uma situação nova que foi complexa no começo, mas estou me adaptando em frente a um computador, sempre pesquisando para passar o conteúdo em aulas on-line. E está tendo a participação de todos os alunos”. Outra resposta afirma que atualmente se sente “mais adequada que no início, foi um processo de reestruturação muito grande. Ainda precisa de ajustes”. Outra partilha relata que a aprendizagem é “Boa. Os alunos interagem nas aulas, cumprimos juntos as atividades propostas para o dia e assistimos vídeos, jogamos e fazemos leituras juntos”.

Os professores continuam seu relato da experiência dizendo que “atualmente de uma maneira mais organizada. Nas últimas semanas (sentindo-me) mais à vontade com o sistema remoto e as ferramentas de possibilidades para interagir em aula”. *“- Preparo material com imagens e vídeos e exploramos durante a aula ao vivo no Teams. Normalmente os alunos têm uma tarefa prática após a teoria que pode ser realizada com a maior flexibilidade de materiais, a entrega é por fotografia ou vídeo ou pesquisa via forms com intervalo de uma ou duas semanas, dependendo da complexidade da tarefa e idade/série dos alunos”*. Outro relato afirma que os *“- alunos já se acostumaram com as aulas remotas. Marcam presença, conversamos sobre como estão, em inglês, e vamos às atividades do dia. Eles fazem as atividades e as postam no tempo devido. Fazemos correção e debates ao final das aulas”*. *“- A experiência tem sido positiva e tenho aprendido muito com esse momento”*; *“- Tem sido de forma harmoniosa e com bastante integração da família nas aulas online...”*; *“- Estou me adaptando muito bem as aulas, procuro deixar um ambiente bem lúdico”* e *“Agradável e de diálogo constante com os alunos, visando a um desenvolvimento de habilidades e conceitos”* são relatos positivos da experiência. Um desafio é apresentado no seguinte relato: *“- Tem sido uma experiência muito prazerosa, pois estou aprendendo muito, mas a internet da cidade não contribui muito”*.

Outros relatos confirmam a positividade da experiência vivida por alguns professores: *“Aparentemente boas, a escola nos tem dado um suporte maior, salas disponíveis para que assim as aulas e os vídeos sejam mais produtivos.”*. *“No início, um pouco tumultuado, mas agora, são aulas tranquilas e com a participação de quase 100% dos alunos”*. Algumas experiências apresentam a interação e a participação: *“Com muita interação e participação dos pais”*; *“As aulas têm sido bem tranquilas e com grande participação dos alunos”*; *“Participativo, com bastante recursividade, ponderando sempre a dificuldade do aluno com relação a organização e ao aprendizado autônomo”*. *“Tenho um espaço reservado para as aulas em casa e tem sido muita boa a experiência”*. Outros relatos indicam que na *“medida do possível estão sendo boas”*; *“Muito favoráveis”*; *“Muito positiva”*; *“Nada se compara a uma sala de aula, mas está dando para adaptar, na medida do possível”*. *“Atualmente bem satisfatória”*; *“De muito cuidado e responsabilidade. Creio que até hoje é um processo contínuo”*; *“No início foi mais complicado, agora está mais simples”*.

Nem todos os professores estão conseguindo realizar e ter um bom retorno em suas aulas remotas, pois dependem muito da estrutura da escola e também dos

alunos, bem como do longo período em que ficam à frente do computador e o desejo de retornarem ao ambiente físico da escola: “- *Faço parte de um projeto social/educacional que atende a alunos pertencentes a um grupo de nossa sociedade de alta vulnerabilidade. Infelizmente, as metodologias ativas no ensino híbrido não são possíveis de serem aplicadas aos nossos alunos. Estamos desenvolvendo um trabalho diferenciado. Portanto, vale esclarecer que no item acima assinalado como “sim” para as aulas remotas, essa resposta corresponde ao ‘trabalho remoto’ desenvolvido por nossa instituição que vem atendendo os nossos alunos*”. Outro afirma que no “- *momento, sinto que eu e os alunos nos adaptamos à nova realidade. Algumas dificuldades acontecem, como: falha na conexão, barulhos externos que afetam o andamento da aula online e ficar por muito tempo em frente ao computador*”.

Ainda sobre o retorno não satisfatório alguns professores relatam: “Nesta turma, as crianças fazem parte de uma obra social e não temos estrutura para aulas *online* diárias. Por esse motivo, gravo videoaulas para que acessem pelo Youtube. Mesmo assim, nem todas têm acesso à internet em suas casas”. “- *Um pouco difícil por não ter um ambiente adequado para esse tipo de aula*”. “- *Ultimamente, as crianças tem estado animadas, mas alguns específicos não gostam de participar*”; “- *Tem aspectos positivos e negativos. Alguns alunos têm mais atender e participação nas aulas do que no curso presencial outros depois de determinado tempo parecem um pouco apáticos no processo remoto*”. Outro relata que “- *apesar de estar no conforto de casa, prefiro o ambiente escolar*”. “- *Não é fácil planejar aulas e atividades para que os alunos façam longe do ambiente escolar, mas aos poucos fomos nos adaptando e ajustando para que tudo corra da melhor maneira*”. Quanto à frequência e participação dois relatos afirmam que as aulas se dão “- *com pouca participação, poucos alunos possuem internet*” e “- *Frequência moderada, pouca participação dos estudantes*”.

Outro aspecto bem destacado é a necessidade de preparar o ambiente e as metodologias utilizadas para ajudar no desenvolvimento das aulas remotas que são as mais variadas possíveis: “- *A ambientação, por vezes, tem a motivação dos estudantes e do que está sendo trabalhado*”. “- *Um lugar preparado sem muitas coisas que possam distrair os alunos. Com algum ‘enfeite’*”. “- *Sempre coloco uma imagem. Flores. Planta. Decoro a parede*”. “- *Tento utilizar os espaços da minha casa*” ou “*Algum vídeo ou música reflexiva antes de começarem as aulas*”. Outra estratégia é a aula “- *expositiva com quadro branco, lúdica temática, explicativa e violão*”. Outro

professor “- procura deixar o espaço bem lúdico de forma que meus pequenos se identificam com ele e se sintam parte dessa ambientação”. “- O ambiente de trabalho, está sendo tanto em casa, uma sala que foi preparada para as aulas, e também na escola”. “- A ambientação das minhas aulas por meio de novos recursos possíveis durante o afastamento social com objetivo de que o aprendizado integral ocorra e o fortalecimento das relações”. Outro afirma, quanto ao espaço para as aulas: “- Uso um espaço físico, estabeleço uma rotina diária e não vou além do meu horário”.

Ainda sobre a preparação do ambiente e as metodologias utilizadas nas aulas remotas outros relatos destacam: “- Utilizando espaços diferentes da minha casa para montar uma sala de gravações, quarto decorado para contação de histórias, uso da internet para elaboração de apostilas etc.”. Outro afirma que “- cada professor estabeleceu seu ambiente concreto, utilizando lousas físicas, lousas eletrônicas, softwares adaptados ao ensino remoto... entre outras configurações”. “- Tenho um melhor retorno dos alunos através das lives, ambiente virtual, mas descontraído”. Outro afirma que no “- Home office, utilizo o computador em um ambiente adaptado no meu quarto com quadro magnético”. A adaptação é importante: “- Dependendo do tema (ciências) uso o meu próprio quarto com mesa p/ notebook e suporte p/ cel., Sala com TV; Ou jardim, horta etc.”. “- Gravo no meu quarto, pelo notebook. Tem boa iluminação e, tirando as adversidades, é silencioso”. As aulas são gravadas “- criando cenários temáticos” e “- Geralmente em um ambiente sóbrio com elementos relacionados ao tema trabalhado”. Outro relata: “- um ambiente propício às aulas, com uma decoração adequada à faixa etária”; “- Um ambiente propício às aulas e uma decoração adequada a faixa etária.” E ainda “- Elaboro apostilas explicativas e com atividades”.

Segundo a Nota da organização não governamental Todos Pela Educação (2020) o ensino remoto não é sinônimo de aula online. Há diferentes maneiras de estimular a aprendizagem a distância e, caso sejam bem estruturadas, as atividades educacionais podem cumprir mais do que uma função puramente acadêmica. Os professores precisam criar uma rotina positiva junto aos seus alunos, envolvendo as famílias, sempre que possível, tanto agora como no pós-crise.

Vale destacar o papel dos professores em todo o processo de ensino e aprendizagem, inclusive neste que vivenciamos.

Pesquisas apontam que, quando o assunto é ensino a distância, o trabalho dos professores tem papel significativo no sentido de assegurar uma boa experiência, independentemente da solução utilizada. Diante do cenário

atual, em que são igualmente impactados pela pandemia, apoiá-los, pessoal e profissionalmente, é medida absolutamente fundamental (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 5).

4. Trilha de Formação Continuada na Ótica da Educação Significativa

Segundo Paulo Freire (2003) é na realidade concreta com que as novas gerações se defrontam que se torna possível articular os sonhos de recriação da sociedade. O sonho dos professores parte do saber fundamental de que mudar é difícil, mas é possível.

A Trilha de Formação Continuada é uma proposta que surgiu a partir da experiência formativa da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, sendo atuante e atual. Ela baseia-se na lógica da formação continuada e contínua de professores que desenvolvem suas atividades docentes nesse tempo de pandemia, por meio do ensino remoto junto aos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II.

A Trilha é composta por encontros formativos presenciais e/ou virtuais, com quatro temas específicos de influência na área, tendo a educação significativa como eixo transversal em todos os encontros. A organização dos encontros é a seguinte: uma introdução do tema e uma contextualização do mesmo, seguida da proposição de um texto de aprofundamento, uma sugestão de metodologia de aplicação, um vídeo que reflita sobre a temática, um exercício de sistematização que ajude a práxis dos envolvidos e, por fim, uma avaliação de todo o processo do encontro. A proposta não é perfeita e nem fechada, mas é uma forma de intervenção junto aos professores, para contribuir com a sua formação, podendo e devendo ser complementada a cada vez que for colocada em prática.

A seguir apresentamos uma proposta simplificada de um dos quatro encontros da Trilha de Formação, tendo por base o cuidado com o professor:

a. Aprendizagem significativa

A aprendizagem significativa pressupõe que os novos conhecimentos que se adquirem relacionam-se com o conhecimento prévio que o aluno possui. Para Ausubel (apud MOREIRA e MASINI, 1982) a aprendizagem significativa no processo de ensino necessita fazer algum sentido para o aluno e, nesse processo, a informação deverá interagir e ancorar-se nos conceitos relevantes já existentes na estrutura do aluno. Esta aprendizagem deve estar embasada em uma pedagogia dialogal que

requer do professor e do aluno presença, proximidade e partida, conforme a pedagogia alfa de Síveres (2015). Nessa perspectiva, segue a proposta do primeiro encontro:

1. Texto de aprofundamento:

Capítulo II – Pedagogia da Presença, da Proximidade e da Partida no Livro Encontros e Diálogos de Luiz Síveres, UNESCO, 2015:

2. Metodologia:

Leitura prévia do texto e visualização do vídeo proposto, destacando os pontos mais significativos e relacionando-os com a sua experiência educacional; partilha desses pontos e das experiências no encontro presencial/virtual, registrando na nuvem de palavras os destaques; apresentação por parte do facilitador dos principais pontos da Pedagogia da Presença, da Proximidade e da Partida; orientação para a sistematização do tema, via chat de discussão; avaliação dos integrantes nos quesitos de conteúdo, metodologia, texto, vídeo e as aprendizagens adquiridas com o tema.

3. Vídeo:

Metodologias Ativas e Educação Transdisciplinar: pistas para uma aprendizagem significativa, ANEC Brasil 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IFXvDPY525g>>.

4. Exercício de sistematização:

Registrar em até 3 páginas uma experiência educacional significativa na sua vida que levou a uma aprendizagem e que esteja relacionada com o texto sugerido.

5. Avaliação:

Os integrantes avaliarão farão a avaliação do tema, metodologia e sentimentos em relação à formação por meio de uma música.

b. Metodologias Ativas e Ensino Híbrido

Quem ama inovar na educação acredita em uma aprendizagem significativa com o desenvolvimento de competências para o século XXI, utiliza conceitos das

inteligências múltiplas e metodologias ativas, agrega tecnologias digitais e o ensino híbrido, metodologia que combina aprendizado online e offline, porque tem como objetivo empoderar professores e alunos com ações transformadoras em suas vidas. Com este intuito apresentamos um segundo roteiro da Trilha de Formação Continuada:

1. Texto de aprofundamento:

Metodologias ativas e modelos híbridos na educação de José Moran (2017). Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2018/03/Metodologias_Ativas.pdf>.

2. Metodologia:

Leitura do texto e visualização do vídeo proposto previamente; partilha no encontro presencial/virtual sobre as experiências com metodologias ativas e o ensino híbrido, relacionando com o texto e vídeo propostos; aula expositiva sobre o tema, apresentando as metodologias ativas e o histórico do ensino híbrido; propor aos participantes a atividade de sistematização; avaliar as percepções individuais e grupais de todo o caminho percorrido e da temática.

3. Vídeo:

Ensino híbrido e as diferentes formas de aprender. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PFgRgIh8Pfw>>.

4. Exercício de sistematização:

Fazer uma proposta de aula temática a partir de uma metodologia ativa, tendo presente o momento atual de distanciamento social.

5. Avaliação:

2 ou 3 integrantes externam as suas percepções do caminho percorrido e da temática para o grupo.

c. Ferramentas Tecnológicas na Educação

Muitas vezes professores e pais de alunos apresentam certa resistência ao uso da tecnologia dentro das escolas, com receio de que métodos tradicionais sejam

substituídos e de que o conhecimento seja perdido em meio à velocidade dessas ferramentas. É claro que a introdução de novas tecnologias não pode ser feita de qualquer maneira, sem um propósito e sem um estudo prévio para saber sua viabilidade e como deve ser introduzida. Esse foi um tema desenvolvido em um dos encontros da Trilha de Formação Continuada apresentado a seguir:

1. Texto de aprofundamento:

10 ferramentas tecnológicas para Educação. Disponível em: <<https://www.provafacilnaweb.com.br/blog/ferramentas-tecnologicas-para-educacao/>>

2. Metodologia:

Ler o texto e assistir o vídeo proposto previamente; partilhar as experiências exitosas e as experiências de dificuldades que já vivenciaram com o uso das ferramentas tecnológicas; apresentação de como criar um blog ou um formulário de pesquisa e/ou fazer uma vídeo aula; avaliar o encontro por meio de um formulário sobre as dificuldades e as aprendizagens dos participantes durante o mesmo.

3. Vídeo:

Práticas Educativas e Ferramentas Tecnológicas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=905rH1sRdb0>>.

4. Exercício de sistematização:

Utilizar uma das ferramentas do link para montar uma proposta de apresentação interativa de aula. Pesquisar em: <<https://sites.google.com/view/luciana-allan/recursos-educacionais?authuser=0>>.

5. Avaliação:

Por meio de um formulário do google avaliar as aprendizagens e as dificuldades na utilização das ferramentas tecnológicas educacionais.

d. Competências e Habilidades Socioemocionais

Acredita-se que crianças, adolescentes e jovens devem ser estimuladas a se desenvolver em todas as suas dimensões. O caminho é oferecer uma educação integral para todos, ou seja, uma educação voltada ao desenvolvimento pleno dos

alunos tanto no âmbito cognitivo, socioemocional, cultural, entre outros, preparando-os para fazer escolhas com base em seus projetos de vidas. Trabalhando esse tema apresentamos a proposta do quarto encontro:

1. Texto de aprofundamento:

Competências Socioemocionais para contextos de Crise. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/socioemocionais-para-crisis.html>>.

2. Metodologia:

Partilhar as competências que mais chamaram a atenção na leitura do texto e no vídeo; retomar com o grupo as competências e habilidades da BNCC, tendo por base o cuidado; assistir a um trecho do filme “Rei leão” com o grupo e partilhar os destaques; avaliar neste último encontro os ganhos e as dificuldades do processo percorrido.

3. Vídeo:

Competências socioemocionais em contextos de crise - Instituto Ayrton Senna. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=op7TQhabhFg&feature=emb_logo>.

4. Exercício de sistematização:

Preparar uma aula sobre uma das competências que se destacam no momento de pandemia: empatia, foco e persistência, responsabilidade, tolerância ao estresse, criatividade e interesse artístico.

5. Avaliação:

Destacar qual das competências foi evidenciada mais na sua trajetória como professor e, avaliando o caminho dos quatro encontros, quais as aprendizagens foram alcançadas nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, mesmo sendo um primeiro ensaio sobre o tema, teve por objetivo desenvolver um processo formativo com professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II em vista da educação remota com seus alunos, em tempo de pandemia.

Sabe-se que o tema é bem amplo, mas acredita-se que o estudo possa contribuir com esse público em específico, tendo como eixo transversal a aprendizagem significativa. É necessário estar em sintonia e compreender o aluno para estabelecer uma relação dialógica, significativa e compromissada com a construção do conhecimento. Ao mesmo tempo é fundamental para os professores construir um processo de ensino e, nesse momento, de maneira remota, mas capaz de suavizar os impactos negativos que a pandemia de COVID-19 tem trazido à educação.

A pesquisa pode ajudar com a percepção de um grupo de professores ligados às instituições de ensino privado católicas acerca do ensino remoto, que está sendo realizado em grande parte de forma satisfatória, com as limitações iniciais já esperadas, mas com aprendizagens múltiplas e com uma capacidade de envolvimento de professores, alunos e famílias no processo de ensino-aprendizagem. Destacam-se as metodologias, a preparação do ambiente ou ambientações e as percepções diversas dos pesquisados.

A Trilha de Formação Continuada proposta no artigo, tendo como pano de fundo a aprendizagem significativa, é um ensaio do que pode ser aprofundado com professores neste momento de novas habilidades e competências no processo de ensino com alunos, mas também com professores que precisam em pouco tempo conhecer, aprender e executar as disciplinas remotamente.

Por fim, tem-se clareza que a pesquisa pode e deve ser ampliada nessa busca primária de contribuir com os professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II gerando confiança, atenção e aprendizagens em um momento de muitos desafios para a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ANEC. Nota Técnica 002/2019. *Educação a distância na Educação Básica*. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://anec.org.br/biblioteca/nota-tecnica-002-2019/>>. Acesso em: 13 de jun 2020.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular - BNCC 2a . versão, abril de 2016*. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 01 mar 2020.

_____. CNE. *Parecer CNE/CP nº 3, de 21 de novembro de 2018*. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

_____. MEC. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020a*. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 12 jun 2020.

_____. MEC. *Portaria 395, de 15 de abril de 2020b*. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3100/portaria-mec-n-395-2020>>. Acesso 10 de jun. 2020.

_____. CNE. *Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020c*. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cne-cp-005-2020-04-28.pdf>>. Acesso em 10 de jun. de 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 54 p.

GOULART, Iris B. *Psicologia da Educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica*. 7ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. 198 p.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução: José Fernando Campos Fortes. - Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 96p.

MOREIRA, M. A., MASINI, E. A. F. S. *Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Editora Moraes, 1982. 112 p.

PELIZZARI, Adriana et al. *Teoria da aprendizagem significativa segundo Ausubel*. Rev. PEC, Curitiba, v.2, n.1, p.37-42, jul. 2001-jul. 2002. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012381.pdf>>. Acesso em 09 jun 2020.

SÍVERES, Luiz. *Encontros e Diálogos: pedagogia da presença, proximidade e partida*. Brasília: Liber Livro, 2015. 208 p.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Nota Técnica Ensino a Distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19*. Disponível em:

<https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download>. Acesso em: 10 jun 2020.